

15 DE OUTUBRO, DIA DO PROFESSOR! PARABÉNS, DOCENTES DA UFRB!

**O melhor presente para este dia é a certeza de que
nosso Sindicato deu certo. Estamos comemorando
07 anos de luta em defesa dos direitos da categoria
docente**



SAUDAÇÃO DO ANDES PELO ANIVERSÁRIO DA APUR

Marinalva Oliveira
Vice-presidente ANDES-SN



A mais longa greve protagonizada pelos docentes das Instituições Federais de Ensino, que se encerra nesta semana, deixou mais evidente o projeto privatista do governo para a Educação Pública, e também teve papel fundamental em demonstrar a importância do movimento docente, classista e combativo, na defesa do caráter público da educação e, para além, na defesa inalienável do serviço público e dos direitos sociais.

A força da nossa mobilização e unidade, expressa de forma mais contundente nesses últimos quatro meses, demonstra o importante papel histórico do movimento docente organizado na luta em defesa da classe trabalhadora e de seus direitos. A construção desse processo só foi possível com a organização de base, através das seções sindicais que compõem o ANDES-S, que ao final desse processo reafirma-se como um sindicato autônomo, combativo, classista e protagonista na defesa da carreira docente e do caráter público e gratuito das Instituições Federais de Ensino.

A grande participação dos docentes nas assembleias realizadas no curso dessa mobilização demonstra que o movimento docente está vivo e atuante. Permitiu intensos e profícuos debates, os quais apontaram algumas divergências, ampliaram a nossa luta e, respeitando as diferenças, permitiram fortalecer nossa unidade.

Além disso, a participação ativa dos docentes possibilitou avanços nas pautas locais e a abertura das contas de diversas instituições, num movimento que deu maior clareza sobre a real situação orçamentária das IFE e o impacto dos cortes orçamentários promovidos pelo governo. Os ataques não cessarão. Temos muito pelo que lutar.

Nesse contexto, a Associação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (Apur) Seção Sindical do ANDES-SN se insere como parte fundamental do processo, como vem sendo ao longo de seus sete anos (completos também nesta semana), sempre na trincheira combativa da luta pela transformação social e em defesa do projeto de universidade defendido pelo Sindicato Nacional. Isso não seria possível sem a participação engajada dos professores e professoras desta jovem instituição.

São os docentes da UFRB, em junto com os demais colegas de todo o país, protagonistas dessa luta por um país mais justo e igualitário e por uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população. Somos nós, professores e professoras, que construímos cotidianamente essa história. Juntos, somos mais fortes!

FÓRUM TRIPARTITE DO CSS REALIZA DEBATE SOBRE A CRISE



Na última terça-feira (13), estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes da UFRB realizaram um debate no Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Santo Antônio de Jesus, com o tema “Avaliação da greve e desdobramentos da crise político-econômica na educação”. Na oportunidade, foram analisados os motivos determinantes do movimento paredista nas Universidades Públicas, o difícil processo de negociação com o governo federal e os desafios que se colocam no cenário atual.

Participaram da exposição inicial o Prof. Antonio Eduardo, presidente da APUR, e Adriano Bitencourt de Souza, servidor técnico-administrativo no CCS. Em síntese, as avaliações apontaram a crise político-econômica que faz com que o executivo assuma posições conservadoras de interesse

do capital financeiro. Assim, a solução do “ajuste fiscal” apresentada pelo governo, representa, na verdade, a retirada de direitos trabalhistas e sociais.

Após as considerações preliminares, abriu-se o debate e, em linhas gerais, as falas apontaram para a importância dos embates que visam salvaguardar as conquistas, tanto dos trabalhadores, quanto da população, no que diz respeito à educação pública no Brasil. Neste sentido, foi unânime o reconhecimento do Fórum Tripartite como espaço de luta na UFRB, em especial num momento de crise em que o orçamento da Universidade passa por restrições. A atividade foi coordenada pelo Prof. Givanildo Oliveira, secretário da APUR, contando ainda com a participação dos músicos Thiago Passos e Maeve Santos que encerraram o encontro com sua arte e talento.





DOCENTES DO CAHL PROMOVEM DEBATE DE AVALIAÇÃO DA GREVE



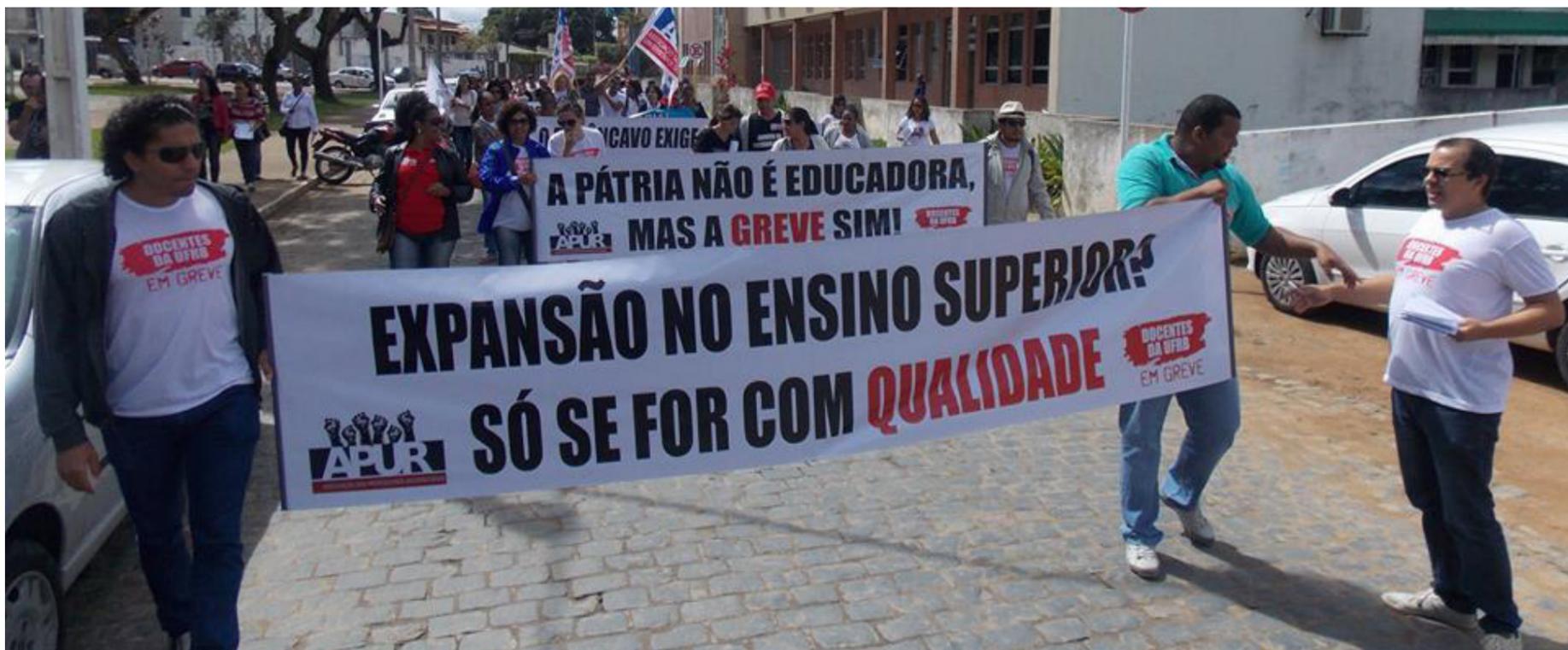
Obedecendo ao encaminhamento da última assembleia da categoria, os docentes do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) se reuniram na terça-feira (13) para uma atividade de avaliação da greve, que contou também com a presença de estudantes. A ideia da atividade foi fazer uma reflexão sobre a greve e também propor alguns encaminhamentos de atividades e ações futuras.

De forma geral, as falas apontaram que a greve desempenhou um papel importante de formação e luta política. É consenso entre os docentes do CAHL a necessidade de que a luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade continue, por isso a ideia de que o antigo Comando Local de Greve (CLG) se torne Comissão Permanente de Mobilização foi mais uma vez colocada como encaminhamento.

Além da Comissão Permanente, foi encaminhado que a APUR divulgue amplamente a pauta local e que pressione para que ela seja atendida; que o sindicato também chame a pós-graduação para as discussões. Os docentes do CAHL ainda solicitam que ocorra um debate sobre os impactos dos cortes de verbas tanto nacionalmente quanto localmente, e também que se debata a educação pública e a educação privada.



A GREVE ACABOU, MAS A LUTA NÃO!



A greve acabou! Vamos voltar à nossa rotina de sala de aula, nos preocupar com planos, correções de trabalhos, avaliações de seminários, provas... Certo, de fato tudo isso ocupará boa parcela do nosso tempo, mas não podemos nos resumir às nossas atividades acadêmicas e esquecermos pelo que estávamos lutando até aqui. Não podemos permitir que as investidas contra a universidade pública, gratuita e de qualidade continuem colocando em risco o projeto de universidade que queremos para o Recôncavo da Bahia.

Não podemos nos omitir de lutar, nos omitir da responsabilidade pelo futuro da educação de nosso país. Se os nossos governantes não consideram a educação importante (isso foi claramente colocado por meio do corte de mais de R\$9 bilhões na educação, e com a falta de respeito do governo para com a categoria docente em greve), caberá a nós continuarmos a luta para que ela alcance o status que merece em toda e qualquer sociedade.

O fim da greve não significa o fim da luta, pelo contrário, agora é que sentiremos na pele os impactos do corte de R\$12 milhões em nossa universidade, agora é que toda comunidade acadêmica perceberá a importância de termos ido às ruas contra os cortes de verbas na educação. Infelizmente, o governo sufocou o clamor das ruas, não conseguimos reverter os cortes, mas foi graças à nossa mobilização que conseguimos impedir que a UFRB demitisse cerca de 25% dos terceirizados. Os docentes da UFRB mostraram sua insatisfação, mostraram que não ficarão de braços cruzados enquanto a educação pública é vilmente atacada.

O instrumento greve foi, por enquanto, suspenso, agora é hora de juntos criarmos outros mecanismos de luta e mobilização. A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) conta com sua base para dar continuidade à luta. Por isso é importante nos mantermos mobilizados, precisamos reservar tempo e espaço em nossas agendas de atividades, vamos colocar em prática o nosso discurso de que não queremos que nossa universidade seja sucateada, vamos investir em nossa luta e formação política em defesa da educação pública de nosso país.

O QUE OS FEMINISMOS TÊM A DIZER À GREVE NA UFRB?

Kiki Givigi



Para conversar um pouquinho sobre como a greve nos constitui como sujeitos da educação, entendo que antes de tudo precisamos pensá-la como produção. Não é à toa que dissemos que a Pátria não é Educadora, mas a greve sim. Tratava-se de pensar nas experiências e encontros que nos fazem, nos constroem e nos instituem em lugares de poder. É neste sentido que os medidores empresariais, os índices de produtividade, as demandas de editais, as aulas, a dissolução da carreira etc, embora nos digam sobre educação, não estão atentos àquilo que ainda não foi medido e talvez nunca seja. Talvez por isso a greve, ainda que seja um instrumento velho, é o que nos resta para nos fazer pensar sobre o que estamos sendo.

A greve é espaço de produção de sujeitos de poder. Contudo, poder não é potência. Poder pode operar no negativo, na falta e na legitimação de autoridades constituídas por processos diversos e nem por isso afirmativos. Não é novo dizer que para se legitimar como sujeito da política é necessário estar em relação positiva com os discursos de verdade sobre o sujeito político. Isto, ao mesmo tempo circunstancia historicamente o discurso, localizando-o e, em mão dupla, legitima sujeito e a história como aceitáveis e inteligíveis. Nem sempre (ou quase nunca) os discursos de verdade abrem-se às suas margens e fronteiras para visibilizar o que os constitui. Ah sim...somos sujeitos constituídos também por aquilo que excluímos do campo do visível, do vivível e do reconhecível – é o que nos alertará os feminismos.

A minha conversa então é: que sujeitos legitimam-se com a greve e que sujeitos se constroem com as modulações e enquadramentos de poder que propomos e afirmamos nestes espaços? Estes sujeitos e, ao mesmo tempo as tecnologias de construções, são cada vez mais inteligíveis ou a greve abre enquadramentos para sujeitos disformes, novos, cujas linguagens anunciam outras afirmações?

As modulações discursivas foram desde o século XX denunciadas pelas feministas, ainda de primeira onda, quando estas diziam dos palavrões, das gritarias, do 'pau na mesa' e das variadas exposições de linguagens que instituíam o espaço da política como lugar também do machismo e sexismo. Segue-se a elxs e junto delxs as evidências de que o enunciante e enunciado da política eram macho-branco-heterossexual, constituindo-se, assim, este o modelo do 'fazer política' que, por isto mesmo, é o receituário da ontologia do ser. A própria filosofia opera nestes limites e nestas margens.

Então, o que estou trazendo a esta conversa é que a greve na UFRB - para falar de meu lugar – pouco atíça as 'borradas' das fronteiras da política, reafirmando discursos de verdade e em pouco fomenta a potência que está nas 'dobras'. Visivelmente, o modelo

de política sedimenta as fronteiras e demarca, por meio das operações em curso, quem pode e não pode dizer e falar. Mulheres ainda são acusadas de histeria, os modelos Ede falas e recursos não cabem xs sujeitos disformes e 'despreparadxs' da linguagem e suas operações. Não cabe também disputar espaços com os falantes que, por seu jogo discursivo, inibem o novo de nascer, marcando-o pela inabilidade com as palavras e gestos próprios da cultura política em curso.

Obviamente, não falo de exclusão, mas da restrição das margens, o que elimina antes de entrar, antes de 'viver', simplesmente porque não é reconhecível, inteligível e sustentável a partir do que se propõe. Mas não posso deixar de dizer que estes são os mecanismos em curso do machismo, do sexismo e homofobia na política e que, mais do que uma operação sexual, é um modo de fazer política que reafirma e legitima um sujeito e o autoriza a falar por nós.

O mais grave disso é que, ao operar binariamente, a política faz-se parceria como o modus operandis do capitalismo em curso, cujo enquadramento faz funcionar uma economia dos desejos e do prazer. Parece-me que propostas contra-política (parafraseando Paul Preciado quando trata do contra-sexual) mostrariam o artifício da política e iniciaria a construção de um novx operadrx político, cujas margens não recorreriam à inteligibilidade tutelar do estado. O funcionamento da política afirma a tutela do estado, a ponto das entidades sindicais nacionais serem necessárias ao funcionamento do jogo discursivo.

Esta é cara da política: machista, branca e heterossexual. Isto não invalida o movimento e nem o descredencia, exatamente porque há sempre o que foge na produção dos sujeitos. Nem tudo é catalogável e dizível (nem por isso transcendental). Contudo, a resistência precisa ser agenciada, movimentar criticamente as margens e transformar o que quer que chamemos de identidade docente num espaço mais conflituoso e discordante do que naquilo que é solucionável e harmonioso.

A greve é uma operação valiosamente construtora da identidade docente. Mas, identidade só serve quando é constituída de relações de forças díspares e múltiplas. Este modelo macho, branco e heterossexual tem a nos dizer mais de nossos limites, frustrações, preconceitos e fracassos do que de vivacidade, estratégia e força para enfrentar a crise que esta aí e há de vir.

Os enquadramentos e posturas durante a greve nos mostram quem estamos sendo, que educação é essa, e que mecanismos de controle nos valem para reviver o morto. No caso, o morto é o sujeito ideal, sem gênero, sem raça e sem classe que ainda orienta o nosso modo de fazer política, este que não deixa vir tudo que é negro, torto e múltiplo.

EU NA GREVE

Sivanildo Borges



Gostaria de, primeiramente, dizer que somos felizes por podermos expressar livremente nossas opiniões em nosso país. Mesmo que sejamos adjetivados como “estúpidos” ou coisa que o valha. Nessa greve se fez muita coisa, mesmo que o governo tenha feito quase nada. Foi verdadeiramente um prazer aliado a um crescimento pessoal enorme participar desse movimento.

Foram várias reuniões, assembleias, panfletagens e atos. Participei, gritei, sorri, alertei, torci, vibrei, falei, ouvi, zanguei, mas não revidei e nem desisti.

Mesmo não sendo partidário nem afeto ao governo que aí está, eu, em nome da coletividade, participei de atos em defesa da democracia e contra qualquer modelo de golpe.

Gostaria de parabenizar a diretoria da APUR e os integrantes do comando pela proatividade. Não há análise de conjuntura e nem qualquer ato que reverta as decisões tomadas pelo governo no âmbito da educação. Já estamos desgastado e, de certa forma, surpresos diante dessas decisões.

“A pátria não é educadora. Mas a greve sim.”

NOTÍCIA ANDES-SN COMUNICADO CNG Nº 46 – 11 DE OUTUBRO DE 2015



Informe Geral: ANDES-SN ingressa como Amicus Curiae em ação sobre cobrança de cursos de pós-graduação (PEC 395).

A Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o ingresso como Amicus Curiae no processo de julgamento do Tema de Repercussão Geral 525, que trata da cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação lato sensu ofertados por instituições públicas.

O ANDES-SN assume, com essa intervenção, papel protagonista na busca por influenciar a decisão do STF em um tema de enorme importância social. A cobrança de mensalidade em cursos de especialização lato sensu ofertados por universidades públicas, além de ser absolutamente contrária ao desiderato constitucional, conforme inclusive discussões ocorridas no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, seria o primeiro passo para atenuar a responsabilidade do Estado com a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade em todo o País.

AVALIAÇÃO DA GREVE NACIONAL DOS DOCENTES FEDERAIS

Conjuntura: avanço do capital sobre a educação e demais direitos sociais

Nos últimos anos vivenciou-se a reestruturação do modo de produção capitalista, centrado nos interesses do capital financeiro. Em escala planetária intensificam-se os processos de degradação da vida humana em todas as suas dimensões. A manutenção do sistema capitalista impõe a ampliação da exploração da força de trabalho e da crescente exclusão social. Tal processo se efetiva com o aval governamental, a partir de orientações de organismos financeiros internacionais, com a redução do papel social do Estado e ampliação do espaço do mercado.

Particularmente a partir de 2008, com aguda crise econômica, os índices de crescimento da economia capitalista global, que já eram baixos, foram reduzidos. Para salvaguardar os interesses do capital, mantendo, mesmo no contexto de recessão econômica, a sua lucratividade, intensifica-se a ofensiva contra os direitos sociais. A taxa de desemprego no mundo, especialmente para os mais jovens, cresceu. De acordo com a OIT há mais de 200 milhões de desempregados no mundo, sendo que cerca de 30 milhões perderam o emprego a partir de 2008. Soma-se a isso, ainda segundo essa Organização, uma grande precariedade laboral, visto que cerca de dois terços dos trabalhadores ocupam empregos em tempo parcial e sem contrato de trabalho. A consequência mais nefasta desse processo é a ampliação da miséria e da desigualdade social, expresso emblematicamente no fato de 1% da humanidade deter uma riqueza acumulada maior que 99%.

Paralelamente, os distintos governos dos países capitalistas implementam políticas econômicas que canalizam os recursos públicos para o setor privado. Ao mesmo tempo limitam os direitos dos trabalhadores com o intuito de rebaixar o valor da força de trabalho e ampliar o espaço de controle do mercado (e consequentemente garantir o lucro). Assim, levam a cabo a execução dos princípios do neoliberalismo na busca pela “recuperação econômica”.

É neste contexto que no Brasil intensificam-se o desmonte das políticas sociais, do serviço público e dos direitos trabalhistas e previdenciários. Em 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff (PT/PMDB), tais medidas apresentaram-se com maior virulência. Exemplo dessa ação foi, ainda em 2014, a instituição das Medidas Provisórias 664 e 665, aprovadas pelo Congresso Nacional em 2015, que retiraram direitos previdenciários

e trabalhistas, afetando especialmente os setores mais vulneráveis da sociedade. Como ação orquestrada, também no âmbito do legislativo e do judiciário avançam os ataques aos direitos dos trabalhadores, como a aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 4330/2004, que busca ampliar a terceirização do trabalho, e a consideração, pelo STF, da constitucionalidade das Organizações Sociais para prestação de serviços públicos.

O chamado ajuste fiscal evidenciou a aceleração da ofensiva do capital, como “rolocompressor”, contra a classe trabalhadora. Esse projeto, executado pelo Estado (no executivo, legislativo e judiciário) busca, entre outros objetivos, consumir a transformação da educação e demais direitos sociais em mercadorias. Para tal, é indispensável a redução do valor da força de trabalho em geral, no setor público e privado, o que perpassa também pela destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Como apontado em avaliações anteriores do CNG-ANDES-SN, está claro que a prioridade do atual governo, em articulação com o Congresso Nacional, não é as políticas sociais. Para manutenção da rentabilidade do capital, sustentado na política econômica que destina quase a metade do orçamento federal para o setor rentista (via dívida pública), o governo implementou severos cortes no financiamento da saúde, educação públicas e outras áreas sociais, nos orçamentos de 2015 e na previsão de 2016.

Nessa esteira, o presidente do Senado apresentou no início de agosto, um conjunto de medidas necessárias para “retomar o crescimento econômico”, a chamada “Agenda Brasil”. Entre outras medidas, tal Projeto, se aprovado, representará o fim da gratuidade do SUS, nova contrarreforma previdenciária (com o aumento da idade mínima para aposentaria), ampliação das terceirizações e revisão das leis de proteção ambiental e de demarcação das terras indígenas.

Como parte dessas ações, o governo federal apresentou em 14/09/2015 novo pacote de medidas com novos cortes no orçamento social. Entre outras questões anunciou-se o congelamento, até agosto de 2016, do salário dos servidores públicos federais, suspensão dos novos concursos públicos, fim do abono permanência e a volta da CPMF.

No bojo desse processo, destaca-se, o avanço da contrarreforma da previdência, com a aprovação pelo Senado Federal, em 08/10/2015, da Medida Provisória 676/2015, que alterou o Fator Previdenciário (com a chamada regra 85/95). A MP que já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados segue para a sanção presidencial. Para além das mudanças no cálculo da idade/tempo de serviço para aposentadoria, foi incluída pelos parlamentares a adesão compulsória dos SPF ao FUNPRESP. Na prática não apenas os futuros servidores, mas também aqueles que ingressaram no serviço público desde a instituição desse Fundo, serão obrigatoriamente nele incluídos. Essa aprovação demonstra a ofensiva do governo no contra-ataque à campanha bem sucedida do ANDES-SN e outras entidades sindicais dos SPF contra a instituição do FUNPRESP (apenas 15% dos novos servidores aderiram ao Fundo). Isso aponta a necessidade de intensificarmos a luta contra os ataques à previdência social.

No âmbito específico da educação, particularmente de nível superior, para além dos cortes no orçamento das IFE o governo avança nas medidas privatizantes. Assim, ao mesmo tempo em que o governo reduziu cerca de R\$ 12 bilhões da educação pública, em cortes e contingenciamento, destinou, em 2015, mais de R\$ 17 bilhões para o FIES, evidenciando que o lema “Pátria Educadora” sustenta-se na ampliação da privatização da educação, com substancial financiamento público para o setor privado. Também merece destaque a tramitação no Congresso Nacional, com apoio do governo federal (conforme manifestações públicas do MEC), de medidas que aprofundam a privatização da educação superior (ensino, pesquisa e extensão) nas IES públicas, particularmente com o Projeto de Lei Complementar 77/2015 – Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (antigo Projeto de Lei 2177/2011, que amplia a consolidação das Parcerias Público-Privadas na área de Ciência e Tecnologia) e da PEC 395/2014 (que ataca o princípio da gratuidade da educação pública estatal).

Movimento dos docentes federais: uma greve necessária

Foi nesse contexto de ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários que se construiu a greve dos docentes federais. Iniciada no dia 28 de maio de 2015, a greve aconteceu em um ambiente acadêmico em que as consequências nefastas da precarização em várias IFE assumiram maior visibilidade: obras inacabadas, turmas com disciplinas sem docente, ausência de salas de aula e salas de trabalho para os docentes, de bibliotecas e laboratórios. Esse movimento desenvolveu-se a partir da total ausência de resposta do governo federal à pauta aprovada pela categoria, no 34º Congresso do ANDES-SN, a partir de 5 pontos centrais: defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Em síntese, a greve foi a resposta necessária dos docentes à dura conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores e à intensificação do projeto de precarização e privatização da educação.

Ao longo desses quatro meses de greve nacional, a adesão de 50 instituições federais demonstrou a capacidade de mobilização da categoria. Como já estava posto antes de sua deflagração, a conjuntura enfrentada ao longo da greve foi duríssima, destacando-se a postura do governo na defesa do projeto privatista de educação, a manutenção dos cortes de verbas nas IFE. Em relação a pauta específica de reivindicações, as respostas da SESu apontaram para o modelo privatista na lógica das Parcerias Público-Privadas, justificado pela concepção do governo de “autonomia” das IFE, como o mecanismo capaz de sanar a ausência de recursos públicos para o financiamento das mesmas e reafirmando a adoção de medidas privatistas como alternativa ao impasse dos cortes de recursos para o financiamento das IFE. Esse processo, no âmbito específico do MEC, se desenrolou na completa omissão de Renato Janine em dialogar com a categoria. A resposta foi o fortalecimento da greve na base e das mobilizações construídas em conjunto com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, particularmente com os técnico-administrativos em educação, bem como com o movimento estudantil.

No desenrolar do movimento paredista, foi lançada pelo CNG-ANDES-SN a campanha “Abre as contas, Reitor(a)”, com o intuito de publicização dos efeitos negativos dos cortes orçamentárias em cada IFE. Desde então, algumas reitorias têm divulgado o tamanho do impacto causado pelos cortes do governo federal no cotidiano das universidades, o que denuncia o projeto de desmonte das IFE, avançando no processo de privatização da educação pública.

Ao longo da Campanha Salarial Unificada 2015 a unidade no Fórum das Entidades Nacionais dos SPF cumpriu importante papel. A unidade construída ao longo de várias mobilizações nacionais possibilitou poder de pressão ampliado dos servidores federais sobre o governo federal. Porém, dentre as dificuldades da construção desse processo, mais evidenciadas por ocasião do desfecho da campanha salarial unificada deste ano, sempre esteve presente a diversidade dos processos políticos e organizativos das entidades que compõem o Fórum e, atualmente essa unidade demonstra limites. Algumas entidades assinaram acordo, em mesas setoriais, o que inclui aceitação do índice apresentado pelo governo, de 10,8% (5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017), diferentemente do que foi aprovado pelo Fórum. É importante ressaltar que a Campanha Salarial 2015 do Fórum já foi rompida, no entanto, é importante, para além da Campanha Salarial Unificada 2015, defender a manutenção do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF e de ações unitárias com o conjunto dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais, para além da greve, para que a luta unitária consolide-se e se efetive permanentemente.

Mesmo diante da unidade e mobilização construída, a resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT/MPOG) foi a apresentação da proposta de confisco dos salários, legitimando perdas passadas e futuras, com o índice de 21,3% parcelado em quatro anos, 2016 a 2019, propondo, também, a revisão dos benefícios, de acordo com a inflação acumulada no período de 2010 a 2015 (auxílio alimentação, saúde e creche). A resposta do Fórum, em relação ao índice salarial foi a rejeição unânime de tal proposta. Ressalte-se que quando a proposta do MPOG foi apresentada os docentes federais e outras categorias dos SPF já estavam em greve.

Ao longo desse processo, o governo sempre atuou na perspectiva de romper a unidade dos SPF. Para o Fórum, sempre esteve claro que o avanço na pauta unificada dependia da unidade dos SPF. Em síntese, até mesmo a apresentação da proposta rebaixada pelo governo, aceita por algumas entidades sindicais que compõem o Fórum, só foi possível em função da mobilização construída de forma unitária. Esse processo, modificou a estratégia do governo, que passou a negociar em mesas setoriais com a apresentação, para algumas entidades, da proposta de redução da vigência do acordo de 4 para 2 anos, mas mantendo os índices anuais (5,5% em janeiro de 2016 e 5% em janeiro de 2017).

O “pacotão” anunciado em setembro pelos ministros da Fazenda e Planejamento impactou diretamente na pauta da Campanha Salarial Unificada dos SPF. Isso implicou no aprofundamento dos ataques ao serviço público, com o rebaixamento da proposta anteriormente apresentada pelo governo, ampliando o confisco do salário dos SPF, passando o famigerado “reajuste” de 5,5% de janeiro para agosto de 2016, e precarizando ainda mais os serviços públicos, com a suspensão de concursos e o fim do abono permanência.

Na defesa da pauta específica, os docentes federais mantiveram empenho e pressão junto ao MEC e MPOG para que negociassem com a categoria. Apesar disso, o governo se manteve intransigente em sua indiferença à mobilização docente. Desse modo, para demonstrar sua disponibilidade em negociar, as seções sindicais em greve aprovaram, ainda em agosto, os “Elementos para definição das estratégias de negociação da pauta da greve nacional dos docentes federais” (Comunicado 35 CNG-ANDES-SN). Com o mesmo intuito, a base aprovou, em setembro, os “Novos elementos para definição de estratégias de negociação da pauta da greve dos docentes federais” (Comunicado 42 CNG-ANDES-SN), nos quais consta: a reafirmação dos princípios de nossa pauta específica; a redução do índice de reajuste salarial para 19,7% (em vez de 27,3%); e a possibilidade de acordo com vigência de 2 anos, desde que houvesse, nesse período, avanços efetivos na reestruturação da carreira.

A negligência do governo com a pauta dos docentes em greve impôs a necessidade de intensificar a radicalização do movimento. Ações coordenadas por docentes e estudantes nos prédios do MPOG e MEC, no dia 24 de setembro, arrancaram reuniões e compromissos do governo. Em relação ao MPOG, o ato realizado, arrancou do governo o compromisso de agendamento de nova reunião, que não ocorreu, mas no mesmo dia, o MPOG enviou ao ANDES-SN carta com proposta de reajuste, já apresentada para outras entidades, de 5,5% para agosto de 2016 e 5% para janeiro de 2017, além de reajuste de benefícios, sem manter isonomia com os demais poderes. Esta proposta, além de ignorar o conjunto das nossas reivindicações, expressava a impossibilidade de avanços na reestruturação da carreira no período de vigência do acordo. No mesmo dia, diante da ausência de respostas a carta protocolada no dia 18 de setembro, apresentando novos elementos para negociação, os docentes ocuparam a entrada do gabinete do ministro da educação. Durante a ocupação, conseguiu-se o agendamento de reunião com o ministro da educação para o dia 05 de outubro.

Conforme aprovado pelo CNG-ANDES-SN, construiu-se, em 05/10/2015, o “Dia de Luta e Mobilização em Defesa da Educação Pública”, por ocasião do agendamento da primeira reunião com o ministro da educação durante a greve. Nesse dia, realizou-se em frente ao MEC, com os estudantes e CNG do SINASEFE um conjunto de atividades (aulas públicas e diversas manifestações artísticas) para exigir do governo o cumprimento da agenda acertada no dia 24/09/2015. O MEC, alegando a troca de ministros, com a saída de Renato Janine Ribeiro e o retorno de Aloízio Mercadante, comprometeu-se formalmente a realizar a reunião em data a ser definida posteriormente. Ao final do ato, quando muitos manifestantes já tinham se retirado do local, a Polícia Militar, que acompanhou todo o movimento, colocando-se como barreira na porta do Ministério, agrediu covardemente, com cassetetes e spray de pimenta, docentes, técnico-administrativos em educação e estudantes que ali estavam.

Essa atitude repressiva e violenta, praticada em diversos momentos da greve, particularmente nas ações junto ao MEC, revelam a posição do Estado em criminalizar os movimentos sociais que lutam por direitos. Assim, a greve docente, bem como de outras categorias SPF, realizadas nesse ano, foram marcadas pela intransigência do governo na negociação, ameaça ou corte de ponto (no caso dos servidores do INSS), repressão violenta e judicialização do movimento. Neste contexto de repressão ao movimento paredista é que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 287/2013, que regulamenta o direito de greve no serviço público. O CNG-ANDES-SN reafirma sua luta pela plena liberdade sindical, com a regulamentação da Convenção 151 da OIT sobre o direito de negociação coletiva, já ratificada pelo Brasil.

Na construção da greve nacional, ficou evidenciada a disputa de projetos de educação na mesa de negociação com MEC e MPOG e também no âmbito das IFE. O conjunto das rodadas de assembleias gerais nas seções sindicais, tanto para deflagração da greve quanto para responder aos encaminhamentos do CNG-ANDES-SN, explicitou a legitimidade deste espaço de deliberação como definidor dos rumos do movimento docente. Ao mesmo tempo, a massiva participação dos docentes nas assembleias gerais trouxe à tona as diferentes concepções de educação existentes na base e possibilitaram intensos debates sobre as estratégias de negociação e mobilização da categoria.

É nesse contexto que a greve docente mostrou-se necessária como foco de resistência aos ataques do governo ao patrimônio público dos brasileiros, às Instituições Federais de Ensino e seus servidores e estudantes. Para além da luta pela pauta específica, a greve foi realizada como resposta a uma conjuntura marcada por duros ataques aos direitos sociais, orientados por uma política de austeridade que visa desmontar o serviço público, incluindo a educação federal pública e gratuita, para entregá-los aos auspícios dos empresários.

Saída unificada da greve nacional: manter a unidade da categoria docente e a mobilização em defesa da educação pública e gratuita

Com a convicção da necessidade de preservar e ampliar essa capacidade de resistência e luta acumulada durante a greve nacional, a ampla maioria das 39 Seções Sindicais em greve, como indicado no Comunicado 45 CNG-ANDES-SN, aprovou a saída unificada do movimento paredista. A disposição de luta da categoria, mesmo com o fim da greve, é evidenciada com a negação, também pelas assembleias de bases, da assinatura de Acordo nos termos propostos pelo governo. Para além da rejeição do confisco dos salários, tal posicionamento confirma a disposição dos docentes em continuar lutando contra o avanço da precarização do trabalho docente, da desestruturação da carreira, da privatização e mercantilização das atividades acadêmicas.

O ANDES-SN, enquanto um sindicato de base, por meio do seu CNG, encaminhou para apreciação das Seções Sindicais a proposta do MPOG. A maioria absoluta a base da categoria, nas assembleias realizadas entre 6 e 8/10/2015, rejeitou a proposta do governo. Dessa forma, não há possibilidade de aceitar uma proposta rebaixada, que não cobre nem a inflação de 2015, que no mês de setembro, segundo dados do IBGE, já alcançou a marca de 7,6% e continua em um crescente, havendo o prognóstico que alcançará 9,5% em dezembro deste ano.

A concepção de sindicato que se defende é aquele que luta tanto pela manutenção dos direitos adquiridos, quanto pela conquista de novos direitos, levando em conta o respeito à categoria que representa. Isso implica na compreensão de que os docentes e demais trabalhadores não podem ser penalizados pelo ajuste fiscal que visa exclusivamente fazer caixa para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública que saqueia quase 50% do orçamento público federal. Assim, a possível assinatura de acordo por parte do PROIFES, além de confiscar o salário dos docentes, é mais um golpe desta entidade na categoria docente – que se posicionou contrária à proposta do governo no conjunto das assembleias gerais realizadas. Ainda, esta proposta é acompanhada de um aprofundamento dos ataques à carreira docente que foi desestruturada a partir do acordo que esta mesma entidade assinou em 2012.

Após mais de quatro meses de greve nacional a conjuntura de ataques do governo se endureceu ainda mais e algumas entidades do Fórum dos SPF indicaram saída do movimento paredista, sinalizando o início de uma fragilização do Fórum. Além disso, algumas IFE apresentavam dificuldades de manutenção da greve e outras já sinalizavam ao CNG a necessidade de iniciar a construção da saída unificada, mesmo com o acirramento dos ataques do governo e do impasse das negociações. Neste contexto, as Assembleias Gerais, compreenderam a importância da saída unificada como uma forma de preservar a necessária unidade da categoria. Independente da intransigência do governo no avanço da pauta docente, os princípios que norteiam o movimento continuam preservados e a luta pela educação pública não esmoreceu.

Nessa greve nacional, realizada em uma dura conjuntura de ataques ao nosso projeto de educação pública e gratuita, o ANDES-SN reafirma-se como um sindicato autônomo, combativo, classista e protagonista na defesa da carreira docente e do caráter público e gratuito das IFE. Em seu desenvolvimento aconteceram significativas mobilizações nas Seções Sindicais, envolvendo a organização de Comandos Locais Unificados (docentes, técnico-administrativos e estudantes), atos e eventos no interior das IFE e noutros espaços públicos das cidades, que possibilitaram a ampliação do debate sobre as graves ameaças à educação pública, gratuita e de qualidade. A renovação e manutenção do quadro de docentes empenhados em prol desse projeto demonstra a força e disposição da categoria para se manter na luta e resistir aos ataques em unidade com a classe trabalhadora.

Encerra-se a greve, mas não a luta. Os ataques em curso contra os direitos sociais serão intensificados e exigirão articulação dos docentes federais com demais SPF, conjunto dos trabalhadores e estudantes, mediante ações unitárias de resistência e luta. A organização docente deve continuar apontando rumos que indiquem a possibilidade de manutenção e ampliação de direitos, a defesa da educação pública e a construção de uma sociedade que respeite e dignifique o ser humano. Para tanto, é preciso manter o fortalecimento do ANDES-SN, nas bases, enquanto lúdimo representante dos docentes, ampliando o número de sindicalizados, realizando trabalhos na base que evidenciem a importância de uma entidade classista e autônoma.

A continuidade da mobilização também passa pela construção de lutas unificadas com o conjunto da classe, com destaque para as ações do Espaço de Unidade de Ação. No próximo período é fundamental o engajamento na implementação da agenda de lutas construída pela CSP-Conlutas e outras entidades do movimento sindical e popular, a partir do encontro de lutadores e lutadoras, realizado em São Paulo, em 19/08/15. Estas ações unificadas permitirão estabelecer um patamar de enfrentamento às políticas de austeridade do governo federal que aglutinam massivamente a resistência classista, tal como a Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do dia 18 de setembro.

Na luta em defesa da educação pública e articulação com demais setores classistas, destaca-se a tarefa de construção do II Encontro Nacional de Educação (II ENE), que será realizado em junho de 2016, com o seguinte tema: Por um Projeto Classista e Democrático de Educação. Nesse sentido, a constituição de comitês estaduais para a realização dos encontros regionais preparatórios é fundamental para criar condições de construção de um projeto classista de educação e uma agenda de lutas que envolva o conjunto dos trabalhadores da educação e a juventude.

Enfim, os ataques não cessarão. Temos muito por que lutar. Juntos somos mais fortes, nossa luta prosseguirá com toda a clareza com a qual essa greve foi realizada, com

consciência política, com compromisso social. Temos ainda muitas conquistas pela frente. Reafirmamos nossa disposição em seguirmos firmes e atuantes em defesa do caráter público da educação, da melhoria das condições de trabalho e da valorização da carreira docente.

ENCAMINHAMENTOS:

- Saída unificada da greve nacional do setor das IFE, no período de 13 a 16 de outubro;
 - Realizar atos e manifestações nas IFE, no dia 15 de outubro, em defesa da educação pública e gratuita;
 - Transformar os Comandos Locais de Greve (CLG) em Comandos Locais de Mobilização (CLM);
 - Indicar à diretoria do ANDES-SN a convocação do setor das IFES, nos dias 30 e 31 de outubro, para avaliar a greve e definir novos encaminhamentos na luta por nossa pauta;
 - Atuar junto a CSP-Conlutas e todas as entidades dos SPF para fortalecimento da unidade com os demais sindicatos e organizações dos setores classistas;
 - Organizar, junto a CSP-Conlutas, no estados as ações do “Outubro de Lutas”, definidas pelo Espaço de Unidade de Ação.
 - Indicar a continuidade da articulação entre as entidades do setor da educação federal nos âmbitos nacional e local, para dar prosseguimento a luta em defesa da educação pública e gratuita;
 - Indicar as seções sindicais que pautem sobre a luta em defesa da educação pública e seus desdobramentos com a comunidade acadêmica no retorno as atividades;
 - Manter as mobilizações em defesa da educação pública e das pautas locais de reivindicações, defendendo-a junto a Reitoria, Colegiados e demais instâncias das IFE;
 - Evitar esforços para construção ou rearticulação dos comitês estaduais em defesa da escola pública, visando a organização e realização do II Encontro Nacional de Educação;
- AGENDA:**
- 15 de Outubro: Realizar atos e manifestações nas IFE em defesa da educação pública e gratuita.
 - 30 e 31 de outubro: Reunião do Setor das IFE.

AOS MESTRES COM CARINHO

Se parássemos pra pensar
o quanto vale um professor
nós daríamos bem mais valor
a essa profissão de ensinar.

Pois independente de seu salário
nos ensina com muita dedicação
ajudando toda nossa população
com esse seu trabalho diário.

E não haveria nenhum doutor
se no início de sua carreira
não tivesse tido uma carteira
e principalmente um professor.

A esse grande profissional
demonstro a minha gratidão
reconhecendo que sua profissão
é importante e fundamental.

Enfim, somos todos gratos
por tudo que fizeste por nós
e agora, em uma só voz,
diremos: Professor.

Muito obrigado! (Hildo Daniel)